

ESTADOS FALIDOS

Dívida Pública

Déficit aumenta e já representa 1% do PIB



Dida Sampaio/AE—18/4/95

O secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente: "Não é uma abertura ampla, geral e irrestrita"

Buraco nas contas de Estados e municípios representava 0,18% do PIB no fim do ano passado

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Em julho, o déficit primário (receita menos despesas) do conjunto dos Estados e dos municípios aumentou em relação a dezembro do ano passado. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que, nos sete primeiros meses deste ano, o déficit atingiu 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do período, ou R\$ 4,257 bilhões. No fim de 1995, representava 0,18% do PIB, ou R\$ 1,256 bilhão.

Nota técnica divulgada pelo BC atribui a deterioração das contas estaduais à "regularização de atrasados, viabilizados pela



liberação de recursos do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estado, implementado ao final do ano passado".

O programa foi desenvolvido pela Caixa Econômica Federal (CEF), que ofereceu aos governadores três linhas de crédito: uma para regularizar as folhas de pagamento e outros débitos em atraso até 30 de novembro de 1995, outra para financiar programas de demissão voluntária e a terceira para rolar as operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

Dez meses depois da assinatura dos primeiros contratos com a CEF, dois Estados já conseguiram a moratória do principal e dos juros desses empréstimos: Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Ontem, Minas assinou acordo com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e entrou na relação. Uma moratória dos mesmos débitos está sendo negociada com Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio.

Moratória — Na quarta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou os bancos oficiais a conceder, depois de consultar o Ministério da Fazenda, moratória de 90 dias aos Estados com dificuldades para pagar os juros das dívidas. Com a decisão, o governo sugeriu que a moratória poderá se estender aos 18 Estados que tomaram R\$ 2,1 bilhões de empréstimos da Caixa.

No Brasil, o conceito mais importante ainda é o de déficit operacional, que inclui nas despesas o pagamento dos juros das dívidas. Nos sete primeiros meses, o déficit operacional do setor público foi de 3,72% do PIB. O déficit dos Estados e dos municípios foi de 2,18% do PIB — de janeiro a julho de 1995, foi de 2,03% do PIB. O resultado mostra que o ajuste das contas estaduais negociado pelo Tesouro com os governadores ainda não surtiu efeitos.

■ Mais sobre déficit público na página B1 do caderno de Economia